

Recebimentos: O ativo imobilizado e segregado em classes bem definidas e estão relacionados às atividades operacionais. Há a utilização dos bens do ativo imobilizado que possibilita a identificação de perdas e mudanças de valores decorrentes de avaliações periódicas. A depreciação é calculada de forma linear, ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que consideram a vida útil estimada dos bens, como segue:

Movimentação dos ativos imobilizados					
Custo:	Controladora				
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2017	1.178	62	4.181	-	5.421
Saldo em 31/12/2018	1.178	62	4.181	-	5.421
Saldo em 31/12/2019	1.178	62	4.181	-	5.421

Depreciação:					
Saldo em 31/12/2017	(180)	(47)	(3.934)	-	(4.161)
Saldo em 31/12/2018	(180)	(47)	(3.934)	-	(4.161)
Saldo em 31/12/2019	(180)	(47)	(3.934)	-	(4.161)

Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores		Direito de uso		Demais imobilizações		Total	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
27.310	13.002	15.070	645	50.727	645	50.727	645	645	50.727	645	50.727
13.771	11.358	11.837	69	33.194	69	33.194	69	69	33.194	69	33.194

Depreciação:											
Saldo em 31/12/2017	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores		Direito de uso		Demais imobilizações		Total	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
27.310	13.002	15.070	645	50.727	645	50.727	645	645	50.727	645	50.727
13.771	11.358	11.837	69	33.194	69	33.194	69	69	33.194	69	33.194

Depreciação:											
Saldo em 31/12/2017	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores		Direito de uso		Demais imobilizações		Total	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
27.310	13.002	15.070	645	50.727	645	50.727	645	645	50.727	645	50.727
13.771	11.358	11.837	69	33.194	69	33.194	69	69	33.194	69	33.194

Depreciação:											
Saldo em 31/12/2017	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores		Direito de uso		Demais imobilizações		Total	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
27.310	13.002	15.070	645	50.727	645	50.727	645	645	50.727	645	50.727
13.771	11.358	11.837	69	33.194	69	33.194	69	69	33.194	69	33.194

Depreciação:											
Saldo em 31/12/2017	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores		Direito de uso		Demais imobilizações		Total	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
27.310	13.002	15.070	645	50.727	645	50.727	645	645	50.727	645	50.727
13.771	11.358	11.837	69	33.194	69	33.194	69	69	33.194	69	33.194

Depreciação:											
Saldo em 31/12/2017	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores		Direito de uso		Demais imobilizações		Total	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
27.310	13.002	15.070	645	50.727	645	50.727	645	645	50.727	645	50.727
13.771	11.358	11.837	69	33.194	69	33.194	69	69	33.194	69	33.194

Depreciação:											
Saldo em 31/12/2017	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(818)	(15)	(17)	(1.030)	-	(1.163)	-	-	-	-	-

A remuneração variável da Administração é composta por participação nos resultados e estes são usualmente provisionados durante o exercício social em curso, baseado na estimativa de margem. A remuneração baseada em ações é apresentada a seguir em função do resultado de exercício de acordo com as orientações em Circular da CVM (Emiti nº 22). A Companhia, com base no Item 9 do Formulário de Referência nº 01/2013, emitem em 8 de fevereiro de 2013, apresenta as seguintes referências sobre a divulgação das transações de partes relacionadas: (i) Não possui benefícios de curto prazo a empregados e administradores; (ii) Não possui benefícios pós-emprego (incluindo planos de saúde e previdência); (iii) Não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; (iv) Não possui remuneração baseada em ações. **Anexo e garantias:** A Companhia detém R\$ 826.419 de ativos e garantias em 31/12/2019 (2018: R\$ 826.419). Os montantes são provenientes de atas e fianças prestadas em operações de crédito imobiliário realizadas com sociedades investidas da Companhia, tendo por base os saldos para e futuras liberações contratadas; até a data, e a proporção da participação que a Companhia possui no capital social de tais sociedades. **d. Saldos com partes relacionadas:** Os saldos e as transações, de circulante e não circulante, com partes relacionadas são demonstrados abaixo:

Controladora		Consolidado		
2019	2018	2019	2018	
Ativo	5.454	5.162	7.788	7.523
Contas a receber	-	-	49.602	42.589
Contas a pagar	1.478.072	1.497.200	4.390	4.389
Outras partes relacionadas	1.478.072	1.497.200	33.592	32.977
Total	1.483.526	1.502.371	61.780	54.501

Ativo
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Passivo
Circulante:
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Ativo
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Passivo
Circulante:
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Ativo
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Passivo
Circulante:
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Ativo
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Passivo
Circulante:
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Ativo
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Passivo
Circulante:
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Ativo
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Passivo
Circulante:
Contas a receber
Contas a pagar
Outras partes relacionadas

Consolidado
2019 2018
(350.962) (375.873)
(333.878) (242.859)

Custo orçado total a apropriar (a - b)
Custo orçado a apropriar sem encargos financeiros (4-III-IV)
Resultado bruto
Margem bruta
Empreendimentos em construção e concluídos

Custo orçado a apropriar em unidades não vendidas (com provisão para distritos)
Efeito dos distritos
Distratos - custos a apropriar
Distratos - encargos financeiros a apropriar

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

Custo orçado a apropriar de unidades não vendidas (com provisão para distrito)
Provisão para distritos (no Passivo)
Ajuste em receitas apropriadas
Ajuste em custos a receber de clientes
Ajuste em provisões para distritos
Ajuste em adiantamento de clientes

continuação.

Eventos 2019: Baixas de ativos e passivos pela desconexão de empresas controladas (Nota Explicativa nº 3d), com efeito líquido de R\$ 28.160. Amortização de SFH com dação de unidades da Companhia no valor de R\$ 32.804. Pagamento a credores da classe II com dação de ativos no valor de R\$ 5.662. **Eventos 2018:** O Aumento de Capital realizado por subscrição privada de novas ações mediante capitalização de créditos detidos contra a Companhia de titularidade dos credores concursais integrantes das classes III e IV no valor de R\$ 74.025. Amortização de CCB com exceção de terrenos da Companhia no valor de R\$ 31.997. Pagamento a credores da classe II com dação de ativos no valor de R\$ 12.949. **31. Auditores independentes:** A PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), em reunião realizada em 19 de junho de 2018, deliberou pela substituição dos atuais auditores independentes da Companhia, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") pela PP&C Auditores Independentes S/S, com início das suas atividades a partir da revisão das Demonstrações Financeiras (ITRs) do segundo trimestre de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09 - Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 25 de março de 2020. **AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO** - Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

PARCEIR CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 25 de março de 2020 analisou o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas. Com base nos exames por nós efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos auditores independentes (PP&C Auditores Independentes), o Conselho Fiscal concluiu sobre as demonstrações financeiras citadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, e que os mesmos devem ser submetidos e apreciados pelo Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 25 de março de 2020. Luiz Claudio Fontes, presidente; Flávio Pereira de Costa Barros, membro; Luis Antonio Tauffer Padilha, membro.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09 - Declaro, na qualidade de diretor responsável por fazer elaborar as demonstrações financeiras da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que reví, discuti e discordo da abstenção de opinião expressa no parecer dos auditores independentes da Companhia (PP&C Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (o "Parecer"), pelas seguintes razões: 1. A Companhia encontra-se atualmente em recuperação judicial com seu plano de recuperação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da - **PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - em recuperação judicial** - São Paulo - **SP - Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - em recuperação judicial** ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, e que compreendem os balanços patrimoniais em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - em recuperação judicial, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", pois não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Base para abstenção de opinião - Limitações de escopo para o nosso exame:** 1. Conforme descrito na nota explicativa nº 1(b), o plano de recuperação judicial da Companhia ("plano") e de determinadas controladas foi majoritariamente aprovado em assembleia de credores realizada no dia 30/11/2017 e homologado em 6/12/2017 pelo juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados a Arbitragem da Comarca de São Paulo. Eventuais alterações em valor, reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento, ainda podem ocorrer após o julgamento das impugnações e agravos em curso, os quais devem ser concluídos após as reuniões de conciliação a serem agendadas em juízo, bem como da inclusão de determinados credores que não foram previamente considerados no plano de recuperação judicial. A situação patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, que no exercício findo em 31/12/2019 incorreram em prejuízo de R\$ 900.046 mil (R\$ 838.910 mil em 2018) na Controladora e R\$ 909.851 mil (R\$ 846.015 mil em 2018) no Consolidado, além de apresentarem capital circulante líquido negativo de R\$ 2.163.982 mil (R\$ 1.954.625 mil em 2018) na Controladora e

Considerando que a Companhia se encontra, atualmente, em processo de recuperação judicial, a decisão pela substituição do auditor independente visa adequar o patamar de despesas da Companhia à sua situação financeira atual. A Companhia ainda comunica que obteve a anuência da EY para a referida substituição, em atendimento ao exigido pelo art. 28 da Instrução CVM nº 308/99. Não há outros serviços prestados em 2019 pela ("PP&C") para a Companhia. **32. Outros informações:** A Companhia possui no seu estatuto social, no capítulo VIII e artigo 39, a definição quanto a conflitos comerciais, conforme segue: Solução de controvérsias via arbitragem; a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM,

aprovado pelos credores da Companhia em Assembleia Geral de Credores, realizada em 30 de novembro de 2017 (o "Plano de Recuperação"). Desde 6 de dezembro de 2017, o Juízo da 1ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos e relacionados a Arbitragem da Comarca de São Paulo homologou o referido plano, autorizando a Companhia a iniciar sua implementação. 2. A Companhia está seguindo as fases previstas no Plano de Recuperação e cumpriu, até o momento, integralmente os pagamentos previstos, estando em dia com todas as suas obrigações. 3. Sobre as incertezas na continuidade operacional da Companhia em razão de possíveis alterações no Plano de Recuperação, por conta de valor, reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento após o julgamento de impugnações e agravos em curso, bem como a possível inclusão de determinados credores que não foram previamente considerados na relação de credores, a

R\$ 2.242.632 mil (R\$ 1.661.457 mil em 2018) no Consolidado e patrimônio líquido negativo de R\$ 4.863.708 mil (R\$ 3.963.662 mil em 2018) na Controladora e R\$ 4.923.387 mil (R\$ 3.999.480 mil em 2018) no Consolidado, em conjunto com os assuntos e eventos apresentados nas notas explicativas nº 1(b), 11, 12, 13 e 15(a)), refletem dúvida significativa de como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Dessa forma, as situações acima descritas, em conjunto com a ausência um acompanhamento tempestivo da projeção de fluxo de caixa para os próximos anos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia e suas controladas. Em decorrência desse assunto, não foi possível concluir sobre o pressuposto de continuidade e se a base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é apropriada. 2. As demonstrações financeiras da Companhia em 31/12/2018 contemplam investimentos nas seguintes controladas: Esperança Incorporadora Ltda.; Torre de Ferrara Incorporadora Ltda.; Torre de Rhodes Incorporadora Ltda.; Gundel Incorporadora Ltda.; Orion Incorporadora Ltda.; e More Alphaville Empreendimentos Imobiliários Ltda., as quais estavam sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, com saldo na conta de investimentos de R\$ 19.714 mil e na conta de provisão para perdas com investimentos de R\$ 3.969 mil, e estão sendo consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas, correspondentes aos totais de ativos e passivos de R\$ 226.714 mil e de R\$ 203.512 mil, respectivamente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a). Em razão da limitação de acesso às informações financeiras e contábeis dessas empresas, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar a nossa opinião e para determinar se algum ajuste advindo dessas empresas seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade. **Inobservância de princípio contábil:** 3. O prejuízo do exercício findo em 31/12/2018, individual e consolidado, está superavaliado em R\$ 44.660 mil e em R\$ 41.637 mil, respectivamente, influenciado pelo fato de a Companhia ter reconhecido no resultado do exercício de 31/12/2018 determinados ajustes no balanço patrimonial

bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado. **33. Eventos subsequentes: a) Amortização extraconcursal de dívida:** A Companhia informa que conduziu, ao longo do primeiro trimestre de 2020, a amortização de dívida extraconcursal, na modalidade do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no montante de R\$ 106.016, através de dação de unidades habitacionais, a Administração informa que não houve perda nessa operação. **b) COVID-19:** Mediante a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrida em 11 de março de 2020, sobre a pandemia relacionada a este vírus, a Companhia vem monitorando a evolução rápida do vírus ao redor do mundo e tomando medidas necessárias para garantir a segurança de todos os seus stakeholders e minimizar os impactos nas suas operações.

Companhia esclarece que está previsto um procedimento de conciliação para análise de impugnações de crédito apresentadas por determinados credores, o qual, em conjunto com o julgamento das impugnações em si, poderá gerar alterações exclusivamente à relação de credores da Companhia incluídos no Plano de Recuperação. Contudo o referido procedimento, bem como as impugnações em curso não tem o propósito ou o condão seja de alterar o Plano de Recuperação, seja de invalidá-lo ou interrompê-lo. Além disso, os agravos de instrumento ajuizados contra decisão homologatória do Plano de Recuperação não gozam de efeito suspensivo. 4. Portanto, o Plano de Recuperação encontra-se atualmente com plena eficácia e em fase de implementação pelo Grupo PDG, de modo que várias das medidas nele previstas, tais como (i) o aumento de capital, no valor de R\$ 74,2 milhões para conversão de dívidas concursais; (ii) o pagamento dos créditos trabalhistas quiro-

originados em exercícios anteriores. Tais ajustes, de acordo com a normativa contábil vigente, deveriam ter sido atribuídos retroativamente aos exercícios anteriores afetados. Dessa forma, a ressalva limita-se aos efeitos reconhecidos nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31/12/2018, apresentado para fins de comparabilidade. **Enfase - Ofício circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2018:** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** Fomos contratados para avaliar também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Para a emissão do nosso relatório, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações finan-**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Bulhões Carvalho da Fonseca
Presidente do Conselho de Administração
Wladimir Rodney Palermo - Conselheiro
André Frigatto - Conselheiro

DIRETORIA

Augusto Alves dos Reis Neto - Diretor Presidente/
Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Roberto Giarelli - Diretor sem designação específica

CONTADOR

Rafael Oliveira Santos - CRC 1SP289162/0-8

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09 - Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 25 de março de 2020. Luiz Claudio Fontes, presidente; Flávio Pereira de Costa Barros, membro; Luis Antonio Tauffer Padilha, membro.

ceiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, e consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC 04, editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de contador com essas normas. São Paulo, 25 de março de 2020. **PP&C Auditores Independentes** - CRCSP16.839/0-0. **E. Camillo Pachkoski** - CRC1SP158.871/0-7 - Contador **Giácomo Walter Luiz de Paula** - CRC1SP243.045/0-0 - Contador.